



MUNICÍPIO DE MONTEMOR-O-VELHO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ACTA Nº 04 / 09

Data da Sessão: 18 de Maio de 2009

Início da Sessão: 18.00 horas

Fim da Sessão: 20.30 horas

Composição da Mesa:

Presidente: Lídio dos Santos Cristo, Dr.-----

1º Secretário: Manuel Eduardo Magalhães Portelinha -----

2º Secretário: Vitor Manuel Monteiro Travassos-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Extraordinária de 2009, Maio, 18

----- Aos 18 dias do mês de Maio do ano de 2009, no Salão Nobre dos Paços do Município, reuniu, em Sessão Extraordinária, a Assembleia Municipal de Montemor-o-Velho, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

-----**PONTO UM** – APROVAR, SOB PROPOSTA DO EXECUTIVO, O ESTUDO, PLANO E EMPRÉSTIMO PARA SANEAMENTO FINANCEIRO;-----

-----**PONTO DOIS** – RECONHECIMENTO, SOB PROPOSTA DO EXECUTIVO, DA DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO, REQUERIDO POR QUINTA VERDE, REPOUSO E LAZER, LD^a, COM SEDE NA CARAPINHEIRA -----

----- Feita a chamada e verificada a existência de quórum, o Presidente da Mesa (PMAM) declarou aberta a Sessão, às 18.00 horas. -----

-----**PRESENCAS** - Membros: Lídio dos Santos Cristo, Fernando Jorge dos Ramos, Manuel Eduardo Magalhães Portelinha Mário de Oliveira Maia Pardal, Marco Bruno Cardoso Branco de Freitas Góis, Edite Maria Monteiro Girão, Armindo Mota Correia, Milena Sofia Jorge Faria, Fernando Manuel Dias Monteiro, Olímpio Varela Baía, Jorge Manuel Gonçalves Mendes dos Santos, Vítor Manuel Monteiro Travassos, Rui Manuel da Costa Rodrigues, Filipe Manuel Galvão Carraco dos Reis, Jorge Luís Forte Camarneiro, Nuno Miguel Pinto Loureiro, Maria Isabel Martins Rolim, João Paulo Cardoso Rosado Maurício, José Laranjeiro Costa, José Manuel Cardoso Bucu, José Uriel Carvalho Breda e os Presidentes de Junta de Freguesia (PJF) de Abrunheira, Arazede, Carapinheira, Ereira, Gatões, Liceia, Meãs, Montemor-o-Velho, Pereira, Santo Varão, Seixo, Tentúgal, Verride e Vila Nova da Barca. -----

-----**Presenças dos Senhores Vereadores** – Pedro Manuel Monteiro Machado, António Monteiro Saltão, Hernâni Óscar Pires Costa Rama, António Girão Rasteiro, Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge e Manuel Alberto Gonçalves Gois. -----

----- O PMAM, após cumprimentar os restantes Membros da MAM, o Presidente da Câmara Municipal, os Vereadores presentes, os Membros da AM, os PJF, a colaboradora Neiva Esteves e o Público presente, deu início à Sessão Extraordinária. -----

-----**PONTO UM** – APROVAR, SOB PROPOSTA DO EXECUTIVO, O ESTUDO, PLANO E EMPRÉSTIMO PARA SANEAMENTO FINANCEIRO;-----

----- O Membro Marco Góis (PS) disse: “Acerca deste ponto, permitam-me que refira que, ainda bem, que este documento não foi produzido pelo Grupo do PS, porque senão diriam, de imediato, dizer que estaria a dizer algumas inverdades. Esta situação não é novidade para o Grupo do PS, o que levou a que na última reunião tivéssemos a oportunidade de o referir e sempre alertámos, ao longo do ano, para o caminho que as finanças da CMMV estavam a tomar, situação que está bem reflectida no Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses. Permitam-me que vos leia alguns dos “rankings” desse Anuário - em Municípios com menor liquidez, a CMMV ocupa a 26ª posição com

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Extraordinária de 2009, Maio, 18

uma liquidez negativa de mais de 11 milhões de euros; em Municípios com menores resultados económicos, a 18ª posição, com mais de 3 milhões de euros de prejuízo; na relação entre dívidas a fornecedores e as receitas totais, a 20ª posição, a pior. As receitas totais, de um ano, não chegam para pagar as dívidas de curto prazo e, estes são dados de 2007 pelo que podemos imaginar os de 2008. Chegamos, então, a esta situação em que o empréstimo em causa será mais um balão de oxigénio, que irá trazer o alívio imediato, mas vem trazer mais uma nuvem negra acerca do futuro. Poderá dar a sensação de que vamos ficar com as contas muito aliviadas mas quem já fez as contas, como o nosso Grupo fez, sabe que vamos acrescentar à dívida mais 5 milhões de euros de juros. Para aqueles a quem possa parecer que é uma boa oportunidade, lanço uma questão: sabendo que 8 milhões de euros são para pagar em “factoring” qual será, depois, o “spread”, quando a Euribor subir para os valores, à volta dos 4 ou 5 %.

-----Em relação ao Plano que vem sustentar a contracção deste empréstimo, é um bom diagnóstico da situação da CMMV, mas, a não ser que não tenha conseguido perceber, quais são as soluções que ele aponta? É um bom diagnóstico que sustenta bem a necessidade deste empréstimo, mas em relação a caminhos, a medidas concretas, sinceramente, não consegui ver qual é a linha orientadora que o Executivo vai seguir. Vamos aumentar a receita ou vamos diminuir a despesa? Vamos aumentar as taxas e onerar os munícipes com estes resultados? Afinal qual é o Plano, há mesmo uma estratégia?

-----Para finalizar uma pergunta para o PCM enquanto economista: como é que justifica que se chegue a este ponto? Qual foi o ganho para o Concelho?”. -----

-----O Membro Fernando Monteiro (CMNRC) pediu a palavra e disse: “Penso que não vale a pena estar a escarpelizar o Estudo e o Plano para o Saneamento Financeiro dado que ele nos foi apresentado e é, agora, proposto pelo Executivo Municipal. Verificando com atenção, ele retrata, de forma fiel, precisa e concisa, as causas, as necessidades, as obrigações e a solução para a resolução do passivo financeiro da CMMV, cujo pedido de empréstimo é alicerçado e fundamentado na profusa legislação vigente e irá contribuir para equilibrar as finanças camarárias. Vamos, pois, ter em votação um conjunto de documentos da maior relevância para o Município e seus cidadãos. Direi mesmo, que é o mais importante dos que, ao longo destas 2 legislaturas, foram apresentados e a durabilidade da sua implementação que atravessará e condicionará as próximas 3 legislaturas autárquicas. Apesar das condicionantes, da conjuntura económica nacional e internacional, o momento é de actuar e de agir. O Executivo camarário não podia adiar este tipo de solução, já que, assim, pode cumprir com todas as obrigações pendentes e algumas adiadas relativamente a terceiros e avançar com os grandes projectos estruturantes para o futuro do Concelho de Montemor. Não esqueceremos que depois deste plano implementado nada será como dantes pois, uma gestão rigorosa e cumpridora, a isso obrigará. Apesar de tudo isto e do previsível agravamento que as

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Extraordinária de 2009, Maio, 18

medidas a implementar provocarão a todos os Municípes, estou em crer que a relação custo/benefício certamente será favorável. O PCM tem, fama de gestor eficiente e sendo certo que a sorte protege os audazes, faço votos para que a sorte não falte para bem de todos”.-----

-----O Membro José Laranjeiro Costa (PS) disse: “Antes de mais, permitam-me uma consideração de carácter geral para, de alguma forma manifestar, o meu cepticismo quanto à facilidade com que alguns Municípios e alguns organismos públicos contraem empréstimos, se endividam e, depois, fazem uma gestão pouco rigorosa, vivendo acima das suas reais capacidades económico-financeiras, acumulando passivos, numa lógica de que quem vier atrás que feche a porta, sendo que, por vezes, quando se vai para fechar ela já não existe. É óbvio que isto também acontece com alguns privados mas, felizmente, a maioria tem o bom senso e sentido de gestão. Quando se contrai um empréstimo, seja a título público ou privado, importa ter a noção de que são necessárias estratégias que maximizem a sua rentabilização proporcionando capacidade de investimento, mais-valias e ganhos, porque, só assim, será possível honrar compromissos e, portanto, pagá-lo.-----

-----É um pouco esta cultura de facilitismo e de desresponsabilização que me incomoda e na qual assenta o meu cepticismo. Em tempos disse nesta AM, nomeadamente em 2006, na discussão do Plano e Orçamento de 2007, aquando do empréstimo de curto prazo de 730 mil euros que, em economia, para mim, há um princípio fundamental, em que deve existir um equilíbrio entre as receitas e as despesas, entre o deve e o haver, para que no fim o saldo seja, pelo menos zero. As despesas não podem, obviamente, durante muito tempo, ser superiores às receitas, porque pode-se sobreviver algum tempo, mas se a situação não for invertida, o inevitável acontece. Mas, centremo-nos em Montemor e na CMMV - o Governo, não sei se bem se mal o futuro o dirá, não é tão mau quanto se vai dizendo por aí na praça pública, deu uma janela de oportunidade para as CM procederem ao saneamento financeiro e a CMMV está a tentar aproveitá-la. Este pedido à AM é o reconhecimento do que o Grupo do PS sempre dito quanto à verdadeira situação económico-financeira da CM e que o Grupo da CMNRC sempre considerou como um exagero, pelo que se impõem, algumas questões. -----

-Estamos a falar de 16,5 milhões de euros o que representa, por cada habitante do Concelho, entre os 570 a 670 euros e gostava de perceber quanto é que, efectivamente, vai custar, no final da contratação prevista, no final de 12 anos, em termos rigorosos: 25, 26, 27 milhões? Quanto é que custará, de facto, pagar o empréstimo mais os juros e os encargos. Há, ainda, a questão, já referida, do “spread” e da taxa Euribor. Quanto é que isto vai custar ao Município sempre que a taxa suba? Não me pareceu ver nenhuma cláusula contratual que permita uma renegociação do “spread”. Neste momento temos uma taxa para o crédito de 1,5%, mas já esteve a 5 e a 6 % e face a toda esta situação, qual é a estratégia da CMMV para pagamento do empréstimo? Qual a via que escolhe?

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Extraordinária de 2009, Maio, 18***

Intervir na despesa, na receita ou em ambas? E como? Em que medida vão ser os munícipes penalizados em termos de taxas ou impostos? Qual o montante de acréscimo previsto no passivo, nos próximos anos, resultantes da contratação deste empréstimo? -----

-----É preciso ter presente que, ao contrair o empréstimo, a CM não liquida as suas dívidas, apenas as transfere. Certamente pagará a fornecedores, liquidará os empréstimos de curto prazo que aqui foram aprovados, pagará às JF os compromissos em atraso, honrará os seus compromissos com outras Entidades e Associações mas, obviamente, ficará a CMMV a dever 16,5 milhões de euros à Banca, acrescidos de juros e encargos e, obviamente, não sei de que forma é que isto hipotecará a possibilidade e a liberdade de tomar decisões daqueles que nos sucederem nestes lugares. -----

-----O Membro Jorge Camarneiro (CDU) disse: “Gostava, em primeiro lugar, de fazer uma declaração prévia - não vou fazer uma intervenção enquanto economista, mas sim como eleito, tal como os outros, para exercer um lugar político. Não vou entrar no que é habitual, quando se está na Oposição, de contestar tudo aquilo que vem do poder, nem vice-versa, porque ao ouvir o Grupo do PS lembrei-me de todas as justificações que têm sido avançadas, nos últimos meses, pelo Governo e pelas CM do PS, para tentar ultrapassar as situações que se lhes apresentam, ainda por cima em anos de eleições onde, naturalmente, há sempre uma grande vontade de apresentar trabalho e de aparecer mais insinuante junto de eleitorado. Era bom que os Grupos do PS e da CMNRC pensassem nisso durante os anos de mandatos. Há 8 anos, num debate promovido por uma rádio no auditório da Escola Profissional, o Dr. Luis Leal tentou cair sobre o Dr. José Manuel Antunes pelo endividamento exagerado que a gestão PS ia deixar, no caso de perder. Na altura, lembro-me de assumir a defesa do Dr. Antunes, porque achava que era um exagero o que dizia, até pelo facto do endividamento, só por si, não ser mau, já que pode, muitas vezes, permitir antecipar as condições que queremos deixar ao nosso povo desde que o consigamos sustentar. Assim, também hoje não vou entrar neste discurso fácil de dizer quem foi o único Grupo que alertou para o endividamento. Poderia lembrar que, repetidamente, a CDU alertou para a “ficção” do equilíbrio orçamental em cada ano e chamámos a atenção para a situação preocupante da dívida e das outras dívidas de curto prazo e, portanto, o Membro Marco Góis não pode entrar nessa mesquinhez política. -----

-----Este documento tem uma análise introdutória que fica muito além das verdadeiras causas que levaram à actual crise. É mais uma síntese dos efeitos e consequências da mesma, de que um estudo aprofundado das opções históricas erradas do capitalismo que beneficia a procura de lucros, cada vez mais elevados, independentemente das consequências sociais que provoca. A transferência da produção para zonas do globo mais populosas e mais disponíveis para níveis de exploração mais intensas, transformou a Europa e o novo Mundo num mero palco de especulação e rentabilização gradual dos lucros ali obtidos. Passou-se a fazer crer aos cidadãos ocidentais que podiam ter aqui o paraíso, bastando, para tanto, mais um crédito, um cartão ou endividamento para a vida, até 40 ou

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Extraordinária de 2009, Maio, 18

50 anos. Portugal não é diferente disto, mas como entrou para o clube mais tarde, tem menos fontes externas de receita especulativa e empresários com mais pressa de nivelamento com os grupos estrangeiros, que intensificam os níveis de exploração e impõem aos Governos que influenciam decisivamente políticas de maior contenção de salários, uma partilha mais interessada do orçamento do Estado, ou seja temos um País de baixos salários para os trabalhadores dependentes e administração pública, mas vivemos com governantes, administradores públicos e gestores privados com rendimentos de fazer corar o Presidente da Reserva Norte Americana. Montemor-o-Velho é ainda pior: as suas gentes são velhas e iletradas e o seu rendimento é de pouco mais de 50% do rendimento médio do Baixo Mondego, o qual, por sua vez, não deve chegar sequer à média das melhores regiões do País. Há que governar a arte de saber estabelecer prioridades que devem ser capazes de dirigir a maior parte dos investimentos públicos para resolução dos maiores problemas em cada Concelho. Mas é preciso saber identificar esses problemas que, no nosso caso, é a falta de rendimentos dignos das nossas populações. A principal razão que nos deve mover são as nossas gentes, os nossos reformados que ganham pouco até porque muitos são iletrados e muito dependentes. Os trabalhadores, os cidadãos do nosso Concelho têm rendimentos parcos, têm empregos mal remunerados e é esta a verdadeira questão. Portanto é preciso saber priorizar os investimentos para não cair depois nestas tendências populistas de contentar tudo e todos, esse sim foi o pensamento ao longo destes anos todos de gestão do PS e do PSD, que leva aos problemas financeiros enfrentamos. É evidente que podemos dar justificações exteriores da crise, da conjuntura mundial e da conjuntura nacional que também é afectada, mas também há responsabilidades da actual estrutura e da visão de gestão dos Municípios. Hoje, os Municípios estão em campanha durante todo o mandato, às vezes, delapida-se ou utiliza-se, não da melhor forma, os meios parcos de Concelhos como o nosso e, portanto, não chega para tudo, não chega para contentar a todos. Esta é a arte do Autarca - de saber curar as feridas onde elas são mais graves e penso que aí temos falhado. Se calhar vale a pena ficar com uma estrada com mais buracos durante mais um ano, mas poder resolver os problemas. A maior parte dos dinheiros públicos deveriam ser dirigidos para a criação de condições para o desenvolvimento do emprego, não de miragens de grandes investimentos que tudo trazem e tudo levam conforme a conjuntura internacional, mas sim de micro, pequenas e médias empresas que são a base de emprego nas sociedades modernas desenvolvidas, se cair uma, por questões conjunturais são poucos os postos de trabalho que se perdem e que podem ser absorvidos pelas outras empresas. -----

----- Alerto para que não se caia na tentação de transformar este saneamento financeiro no “ovo da Páscoa” para a resolução dos problemas eleitorais. Já me apercebi que o PS tem algum receio de que o actual Executivo saia, deste saneamento financeiro, limpo, porque vai pagar as dívidas, porque tem meios para poder fazer uma campanha favorável e isto também pela cabeça de muitos

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Extraordinária de 2009, Maio, 18

os candidatos mas, por isso, fazemos um apelo, para que não se caia nessa tentação. O pior que está a acontecer hoje nas Autarquias do nosso País é o facto de cada gestão querer voltar a ser reeleita e ninguém tem a coragem de fazer o que tem que ser feito nos Municípios, independentemente, de vir ou não a ser eleito. Esta tem sido a verdadeira razão do endividamento dos Municípios pelo que, e direi onde calhar, porque já agora não tenho nenhuma sujeição, nem tenho nenhum compromisso com qualquer das forças políticas que normalmente gerem este Concelho, espero bem que consigamos, de uma vez por todas, não cair nessa tentação e que se aproveite bem os meios que agora vamos contratar. A responsabilidade é grande e quem vier tem de saber aproveitar melhor os recursos que são de todos nós”. -----

-----O Membro Filipe Carraco (CMNRC) pediu a palavra e disse: “Em relação à proposta e à elaboração técnica a mesma decorre da Lei e, em relação, a isso não restam muitas dúvidas - está em conformidade e, portanto, julgo que a questão de fundo não é essa. -----

-----A questão de fundo do saneamento financeiro da Autarquia é recorrente e vai sendo posta em prática um pouco por todo o lado. Lembro que, um dos primeiros actos de gestão quando o elenco liderado pelo Dr. Luis Leal entrou em funções, em 2002, foi, exactamente, realizar um saneamento financeiro à Autarquia para reestruturar toda a dívida que existia e que transitou na anterior gestão e julgo que é na fase em que nos encontramos que ele se volta a tornar decisivo, até porque o que está em causa são as prioridades políticas que cada um de nós tem para o Concelho. A estratégia está delineada, os investimentos feitos, aprovados nos Planos de Actividades e Orçamentos nos últimos anos e toda a estratégia que tem vindo a ser seguida é muito clara e é isso que está em causa. Estamos em plena vigência do IV QCA, temos acesso aos Fundos do QREN que terminam em 2013e ninguém neste País tem a certeza de que a seguir a 2014 poderemos não ter as mesmas possibilidades financeiras de apoio da União Europeia. Quando falamos em hipotecar o futuro é bom que as pessoas concretizem os dados. Há que ter a ombridade de dizer qual dos investimentos de monta - Centro Educativo de Montemor; Parque de Negócios de Montemor; Pólo Logístico e Empresarial de Arazede; saneamento básico nas freguesias de Abrunheira, Verride, Vila Nova da Barca, Gatões, Seixo, Liceia, Arazede; Centro de Alto Rendimento de Montemor-o-Velho - é que nos vai hipotecar, qual deles é que não vamos fazer? Porque senão andamos aqui a fazer o quê? Qual é a questão de fundo? Em relação à estratégia diz-se que é preciso aumentar as receitas. É lógico que é preciso e já votámos, por unanimidade, a alienação de património, neste caso o campo de futebol. A própria CM quando faz a candidatura aos Fundos Comunitários é obrigada a elaborar um documento de enquadramento estratégico em que define quais as taxas que cobrará por um serviço que vai prestar porque, obviamente, estes investimentos vão aumentar os activos do Concelho. O que está em causa é a opção política que queremos para o Concelho e, por isso, há um

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Extraordinária de 2009, Maio, 18***

esforço financeiro que é preciso fazer e terá de ser agora em que existem oportunidades que, provavelmente, nunca mais teremos a hipótese de ter”.-----

----- O Membro Fernando Ramos (PS) disse: “Permitam-me, primeiro que tudo, que reconheça a importância que todos dedicamos ao tema, porque é a primeira vez, que me lembro que, ao ser feita a chamada, todos os Membros tenham estado presentes e, também, todos os Membros do Executivo, o que demonstra que é uma situação em que nos capacitámos que é um momento importante para o Município e daí o querer registar esse facto.-----

----- Não tinha previsto qualquer intervenção mas tenho de o fazer, pois pensava tudo menos que as dores de parto fossem da CDU mas, efectivamente, gostei da resposta ou da contra-resposta ao que disse o meu camarada Marco Góis, porque não deixa de ser interessante. -----

----- Relativamente ao empréstimo nunca ninguém pôs a questão da sua legalidade, isto é a sua fundamentação, por isso é que tem anexado um estudo e um plano e enquadra-se perfeitamente na Lei 2 / 2007 e, portanto, desse ponto de vista nunca ninguém a pôs em causa. A questão que se coloca é política e o estudo justifica que este empréstimo é necessário. Já o plano tem algumas medidas paliativas que poderão levar ao controlo, particularmente, das despesas correntes e vamos aumentar as receitas como o Membro Filipe Carraco afirmou agora mesmo. É preciso ver quais as despesas que devemos controlar, quais as receitas a aumentar e, desse ponto de vista, as decisões caberão ao poder político. Essa decisão política, aquando da aplicação do empréstimo, terá de primar em termos de rigor, já aqui mencionado por todos, na hipotética convicção de que o actual PCM é recandidato e pode voltar a ser Presidente. De facto, com o prazo de carência de 3 anos, os seguintes 2 ou 3 mandatos vão ter de pagar o empréstimo da forma que entenderem, porque estamos a fazer um pedido de empréstimo e, a questão é saber se estamos a deixar de facto aos nossos filhos capacidades de o pagar. E, necessariamente, aí estou profundamente de acordo com o Grupo da CDU, a CM é, de facto, uma organização de bem, que representa o nosso Município; nós somos políticos neste Município e, independentemente da folga que possamos dar ou não à actual maioria, é importante dizer que é preciso honrar alguns compromissos que se vêm arrastando. É preciso honrar os compromissos com as JF, com as Associações, com os fornecedores e com os empreiteiros e este empréstimo permitirá fazer isso e estou em crer que ele será feito para cumprir estes compromissos. De qualquer maneira e porque não vimos no Plano medidas que, efectivamente, possam prever um saneamento financeiro adequado, quero deixar claro que o PS não votando contra este plano de empréstimo, ir-se-á abster. Abstêm-se porque é preciso que o rigor na gestão deste empréstimo financeiro garanta aquilo que se diz. Vamos ou não deixar, aos que nos sucederem, meios para pagar esse empréstimo? Ou vão apenas conseguir ter dinheiro para pagar salários e para fazer a Câmara funcionar? Quando fazemos este discurso preocupamo-nos todos e esperamos que a economia se desenvolva, que cresça, mas não seria mal avisado que se deixe em

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Extraordinária de 2009, Maio, 18***

aberto a possibilidade da renegociação do “spread” que hoje, com a Euribor, nos parece uma boa taxa, mas pode tornar-se asfixiante daqui a meia dúzia de anos. Não quero que isso aconteça, não desejo que isso aconteça a ninguém que esteja nessa altura no lugar do PCM, por isso, o PS abster-se-á neste pedido de empréstimo, sendo certo que achou que a justificação se encontra bem elaborada, o plano está omisso, tem medidas paliativas e o saneamento financeiro vai acontecer, mas temos sérias e fundadas dúvidas de que no futuro não vai tornar asfixiante”. -----

-----O Membro Mário Pardal (CMNRC) disse: “Estar hoje aqui a discutir um assunto de tamanha importância quando no século passado, nas décadas dos anos 40 ou 50, o município mandava dinheiro para Cantanhede porque não o gastava todo, faz-me sentir num século diferente em que a audácia política, o sentido de compromisso para com um concelho, tão carente ainda há 2 mandatos atrás, leva-nos a continuar na senda desse desenvolvimento. Têm sido referidas, muitas vezes, as dificuldades ocorridas a propósito da implementação atrasada e titubeante dos fundos comunitários do QREN para 2007/2013. Sabemos que, neste momento, existe esta janela de oportunidades que é essencial para que os municípios portugueses se possam desenvolver. Todos sabemos das dificuldades que todas as Autarquias, ou grande parte delas, têm, independentemente, da sua cor política e o pior a fazer é cruzar os braços o que não é nada bom. Manter a situação é cavar a nossa ruína, é não termos possibilidades de fazer o que quer que seja, porque quando recorremos aos fundos comunitários, se formos de mãos vazias não temos hipóteses de realizar obra nem fazer história para o nosso Concelho. Fazer história é acautelar o futuro, não é hipotecá-lo, é acautelá-la com toda a responsabilidade e este é um empréstimo calculado, pelo que temos de aproveitar esta oportunidade. Creio que seria ruinoso, para o Concelho, votar contra inviabilizando uma situação destas, porque íamos cortar o seu desenvolvimento. O enquadramento que nos é apresentado no documento é de obra pensada e idealizada por um determinado agrupamento, com liderança política bem definida, preocupado em reafirmar Montemor na zona centro e de criar riqueza. Não se esqueçam que há 2 mandatos atrás não tínhamos uma única zona industrial, não tínhamos uma piscina e muitas outras infra-estruturas - saímos duma situação de cruzar de braços com base numa lucidez política sólida enfrentando os problemas. Não esqueçam que o próprio Secretário de Estado, Eduardo Cabrita, diz que o investimento público tem de ser realizado a toda a força para contrariar a crise, havendo que criar, a nível local, investimento calculado porque o futuro nunca se hipoteca com obras, desde que sejam como estas que estão aqui elencadas. Gostaria que nos dissessem, aqui nesta AM, de todas as que nos apresentadas, qual ou quais é que, se fossem Poder, cortariam e não fariam, todo o sentido de responsabilidade. É indispensável aproveitar os Fundos Comunitários, até 2013, e é necessário, como em nossa casa, reequilibrar o fundo de tesouraria, tendo a CMMV que sair credibilizada sempre deste processo. Não se esqueçam que a Autarquia tem a receber muito dinheiro das entidades oficiais e com isso ninguém se preocupa,

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Extraordinária de 2009, Maio, 18

ninguém questiona o PCM a propósito desses dinheiros. É preciso audácia e sentido de compromisso para levar por diante este plano de actividades e estes investimentos estruturantes que são fundamentais para o desenvolvimento de Montemor. Como se depreende o Grupo da CMNRC votará favoravelmente o Plano e o Empréstimo e entregará uma da Declaração de Voto, sustentando a sua posição”. -----

----- A Declaração Referida é o **documento anexo** à presente acta sob o número **01**. -----

----- O PCM disse: “Está presente a equipa técnica que elaborou o projecto pelo que, se não houver oposição dos Grupos, o seu responsável poderá prestar alguns esclarecimentos e responder às questões que pretenderem colocar”. -----

----- O PMAM perguntou à AM se viam algum inconveniente em que o Dr. Fonseca Ribeiro, da Firma A. Fonseca Ribeiro, Lda, respondesse às questões colocadas. -----

----- O Membro Fernando Ramos disse: “Penso que, neste momento, a discussão é, essencialmente, política e, naturalmente, se me é permitido dizê-lo, acho isso desnecessário”. -----

----- O Dr. Fonseca Ribeiro disse: “Nesta intervenção não pretendo fazer qualquer tipo de política. Sou técnico e, portanto, só responderei ao que quiserem saber e como é que o estudo foi elaborado. Este documento é, totalmente, isento e transparente, pois tudo o que dele consta já foi aprovado pela AM, pelo que nada é novo no passivo ou no activo. O que se reflecte são, apenas, duas medidas - a da conversão da dívida de curto em médio prazo, e a de médio em longo prazo, pois a dívida já existe e o saneamento financeiro não pode aumentar o endividamento. Está expresso aí que os proveitos são maiores que os custos, e têm sido sempre, o que significa que há libertação de fundos, só que não chegaram para os investimentos que se realizaram, considerando que eles foram excessivos face aos meios libertos. Como nas empresas, é importante que os proveitos sejam maiores que os custos, que haja viabilidade económica, porque se ela não existisse o Município ia ao buraco e, neste caso, é uma questão só de regras financeiras. Portanto, há, única e simplesmente, uma medida financeira de substituição da dívida e de controlo dos investimentos. Pode perguntar-se: foram importantes ou não os investimentos do passado? Foram estruturantes ou não? Os que estão aqui previstos são ou não importantes para o futuro? Essa é a questão que se põe? Reparem, quando me pedem medidas económicas, digo que não há medidas económicas, porque se fossem medidas económicas estávamos a falar em reduzir custos e aumentar proveitos para além do que é normal. Há muitas Câmaras em que existe o desequilíbrio corrente, em que a receita não chega para pagar a despesa e isto é grave e aí têm de se estabelecer medidas de contenção. Aqui, o que fizemos foi estabelecer regras e, semestralmente, o Executivo tem que apresentar à AM um documento onde demonstre que se está a cumprir a descida do endividamento líquido e de médio e longo prazo”. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Extraordinária de 2009, Maio, 18***

----- O Membro Jorge Camarneiro disse: “Tenho pena que o estudo tenha sido feito apenas sobre os últimos 3 anos e pode dizer-me que as regras são assim o que não posso discutir nem contrapor. Percebo que me dê uma resposta técnica, mas de qualquer forma, nós todos vimos e vem largamente demonstrado no estudo, que o orçamento da despesa corrente está equilibrado e há mais receita do que despesas o que tem ajudado, de alguma forma, a pagar a despesa de capital. Sendo certo que a execução do orçamento tem sido, manifestamente, abaixo do previsto, significa que têm havido erros grosseiros de pagamento. No futuro que garantia temos que não aconteça semelhante situação? Que vigilância vai ser exercida? Pode dizer-se que o Tribunal de Contas não dá o visto para isto ou para aquilo, mas este plano apenas nos apresenta propostas vagas, que se fazem à medida da encomenda. Ninguém me consegue demonstrar que o investimento em saneamento básico, sem colocar em causa a sua importância e necessidade, não vai provocar aumento de despesa corrente, para funcionários e para manutenção. Percebi que se prevê para 2011 a introdução das taxas de saneamento e que, com base na legislação em vigor, os Municípios têm de cobrar o valor real do serviço que prestam, o que politicamente não é fácil de fazer. Concluo por dizer que, neste trabalho, não houve coragem para dizer aquilo que é preciso fazer - não se pode orçamentar, em Montemor, mais do que 4 ou 5 milhões de euros de despesas de capital, a não ser em programas contratados”. -----

----- O Dr. Fonseca Ribeiro explicou o seguinte: “Se verificar, os pressupostos do Plano têm por base o princípio da especialização do serviço do POCAL pelo que delimita todas as despesas em função dos proveitos de exploração e não dos proveitos extraordinários. As rubricas inerentes ao fornecimento de serviços externos, deverão sofrer uma ligeira redução para 32% dos proveitos de exploração, limitando, por exemplo, as despesas com pessoal. Quando me diz que não podemos investir mais do que 4 milhões, a não ser que sejam comparticipadas é verdade e, por isso, é que tem que haver um controlo semestral aprovado no Executivo, na AM e enviado para o Tribunal de Contas e para o Ministério. Portanto, existirá, um controle directo, até ao equilíbrio e, de acordo com as limitações definidas, verifica-se quando é que ele se atinge”. -----

----- O Membro Jorge Camarneiro disse: “Há só uma coisa que gostava de dizer, uma vez que estamos a acabar este mandato: nas últimas reuniões da AM, por razões que se prendem com a alteração de horário, temos direito a uma intervenção e, depois, começamos a ser pressionados para não dizer mais coisas e começo, de facto, a ficar incomodado porque, no debate, ficamos um bocado condicionados. Quando me dirigi ao Dr. Fonseca Ribeiro, naturalmente, tinha uma intenção para além da técnica que era corroborar o que já tenho dito - que não se deve orçamentar mais do que a verdadeira expectativa que temos de execução. Li, com bastante atenção, o seu trabalho e, naturalmente, percebo o que está aqui dito mas, para este ano, temos um orçamento de 39 milhões de euros, só em investimento de capital, e é isto que me tem incomodado ao longo dos anos. Como

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Extraordinária de 2009, Maio, 18

gestor gosto de jogar com os números verdadeiros e só consigo combater o problema se souber, realmente, a sua dimensão e a verdade é esta - é preciso começar a orçamentar, não para fazer o plano político do ciclo eleitoral, mas para poder cumprir aquilo a que nos propomos e mexer nos problemas reais do Concelho, caso contrário, andamos, todos, um bocado enganados. -----

Para terminar, e não sairia daqui satisfeito se não respondesse, não podia deixar de dizer que as dores de parto não são da CDU - quem pariu o anterior e o actual endividamento foram o PS e o PSD e, parece-me que o problema do PS local é que nunca fazem ideia de nada, limita-se a esperar que os ciclos eleitorais lhe tragam de novo o protagonismo e o acesso às cadeiras do Poder”. -----

----- O PMAM agradeceu a presença e a intervenção proferida pelo Dr. Fonseca Ribeiro. -----

----- Não havendo mais intervenções, passou-se, de imediato, à votação do Plano que obteve o seguinte resultado: -----

----- Votos contra - 0 -----

----- Abstenções – 15; -----

----- Votos a favor – 20. -----

----- De seguida, passou-se à votação do empréstimo que obteve o seguinte resultado: -----

----- Votos contra - 0 -----

----- Abstenções – 15; -----

----- Votos a favor – 20. -----

----- Esta proposta foi aprovada por maioria. -----

----- O PCM disse: “Não quis intervir, anteriormente, porque estava indeciso se falava como economista ou como político e, então, pedi ao Dr. Fonseca Ribeiro para falar do ponto de vista técnico. No entanto, não posso deixar de dizer, por exemplo, que as cláusulas do contrato do empréstimo terão de ir à reunião do Executivo para discussão e é a partir deste momento que vamos pedir que as mesmas nos sejam remetidas, para de hoje a 8 dias, serem apresentadas. Elas terão de ser alvo de aprovação e o assunto sobre o “spread” e a taxa de referência é uma preocupação que está latente e que vai ser negociada. Por curiosidade, refiro que todas estas negociações foram feitas ao mais alto nível junto das sedes nacionais das entidades bancárias e não, é por acaso, que 2 delas apresentaram propostas totais e globais - a Caixa Geral de Depósitos e o Banco Espírito Santo - e uma, apenas, a solução parcial - o BPI. -----

----- Respondendo ao meu amigo Fernando Ramos e ele vai perceber, digo-lhe que o passivo de médio e longo prazo é, actualmente, de 10 milhões e meio de euros. Contraindo o empréstimo agora e tendo 3 anos de carência nós, em finais de 2012 princípios de 2013, começamos a amortizar e nos documentos das contas de gerência verifica-se que os empréstimos de médio e longo prazo terminam entre 2013 e 2015. Depois de 2013 os meios libertos estão totalmente livres, isto é não há compromisso em termos de obras, a não ser aquelas que estão afectas ao QREN e que,

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Extraordinária de 2009, Maio, 18***

teoricamente, terminam em 2013 com um deslize que pode ir até um ano, mas não fui eu que lancei o QREN em 2009 quando devia ter sido lançado em 2007 e os projectos que lá estão vão até 2013. Lembro que algumas das medidas que pressupõem a redução de custos ou aumento de receitas só ainda não foram aplicadas porque o próprio Governo mudou para 2010 a aplicabilidade de determinado tipo desses requisitos. Sabemos perfeitamente que o valor dos investimentos era superior à capacidade de receita em capital mas era inevitável ganhar o atraso existente no reequilíbrio urbano, nos centros para a educação, na recuperação das áreas das infra-estruturas básicas, na captação de empreendimentos e isto só se fazia desta maneira. A propósito, lembro que o Membro da CDU disse que nos Municípios dirigidos por camaradas dele os processos eram idênticos, resultando da necessidade de fazer acompanhar a evolução do investimento com determinados processos. Sabíamos disso perfeitamente, fizemo-lo propositadamente e continuá-lo-emos a fazer a partir da altura em que haja este reequilíbrio, o que é que aqui há de importante? Dos 16,5 milhões contraídos, mais de 4,5 milhões vão ficar, desde já, disponíveis para os novos investimentos e isto é muito importante. -----

----- Finalmente, há uma questão que é lapidar e importante e ninguém pode negar - a dívida está consumada devido a obra feita. Se gostam ou não gostam dela, o problema é outro. A obra está feita, não se gastou em foguetes. São 11 milhões e tal em investimento fixo e quem não sabe isto que vá para o banco da escola: foi gasto em estradas, em escolas, em parques industriais, em “n” coisas e não foi nada que não estivesse aprovado. Isto tem que pagar os empréstimos que foram contraídos ou conseguidos através de vários processos financeiros e que, agora, vão ser concretizados. Quero salientar que há cerca de 700 mil euros que se devem à ERSUC, de 2 ou 3 anos em que a taxa a pagar é de 20 euros por tonelada e nós cobramos menos de metade aos nossos cidadãos. A radiografia da doença está feita, há posologia para ela, mas não venham cá com paleios, nem com fantasias porque nós sabemos onde é que estão e como é que lhe damos a volta. Há opções, do ponto de vista político e de solidariedade, que obrigam a que não se realize um agravamento das responsabilidades de uma comunidade cujo rendimento médio é baixíssimo e para o qual a salvaguarda de alternativa passa por nova capacidade de fixação de investimentos, de gestão de rendimentos e do consumismo desse mesmo rendimento em áreas pertinentes. -----

----- Deixei estas notas para o final porque não correspondiam a nenhum requisito do ponto de vista da discussão político-partidária. Por outro lado, foi intencional, e assumo a totalidade dessa responsabilidade, querer trazer este documento este ano à discussão garantindo, assim, condições para poderem ser geridas com transparência, com relatórios, com dinheiro, com disponibilidade de 44 milhões de euros de investimento para os próximos 4 anos. Se, por acaso, for eu que cá esteja, estou à vontade e estou disponível para outro tanto valor de investimento, como aquele que até agora paguei ou que ainda estou a dever. Pergunto qual o processo que, neste momento, deve ser

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Extraordinária de 2009, Maio, 18***

posto em causa? A educação? As infra-estruturas básicas? As de acolhimento empresarial? As rodovias? Esta é a questão. Penso que o que aqui em causa, e já o disse várias vezes, não é a estratégia mas os calendários, os protagonistas e a forma de o fazer”.-----

----- **PONTO DOIS – RECONHECIMENTO, SOB PROPOSTA DO EXECUTIVO, DA DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO, REQUERIDO POR QUINTA VERDE, REPOUSO E LAZER, LD^a, COM SEDE NA CARAPINHEIRA** -----

----- O PCM pediu a palavra para fazer a explanação do ponto e disse: “Em relação a este ponto, espero que estejam recordados do que se falou na última Sessão da AM, pois não era obrigatório trazer estes assuntos à AM, de acordo com um parecer dado pela ANMP. Tive a oportunidade de dizer que, enquanto estivesse a coordenar a equipa executiva do Município, sempre que surgissem, questões em que esta intervenção pudesse ser tangível com bens privados/bens públicos e ao mesmo tempo fosse ao encontro de uma preocupação de transparência e de leitura desses mesmos processos que continuaria a trazê-los à AM. Se esta quisesse, somente, tomar conhecimento fá-lo-á, mas esta declaração de interesse público, foi, no Executivo, votada favoravelmente por unanimidade. Toca em áreas importantes e sensíveis, e como considero que a AM, não só deve ser chamada para determinado tipo de circunstância, mas também ser conhecedor de outras, deve tomar posição. Já o disse noutras circunstâncias que, por exemplo, a desafecção para fins de construção de habitação unifamiliar, não deve vir aqui, mas se estivermos a falar de investimento social, importante, que toca e que tem contiguidade com o bem público não deve deixar de ser analisado pela AM”. -----

----- O Membro Fernando Ramos, disse: “Efectivamente, o PCM, esclareceu algumas questões e, se entendi bem, o Executivo, para além de ter tomado já a deliberação, entendeu que a AM se deve pronunciar. Pela parte do PS posso afirmar que, nos estritos termos em que está agendado na OT, estamos disponíveis para reconhecer, sob a proposta do Executivo, a Declaração de Interesse Público, requerido por Quinta Verde, Repouso e Lazer, Ld^a, com sede na Carapinheira”. -----

----- O Membro Mário Pardal disse: “O Grupo da CMNRC, analisando os fundamentos apresentados pelos serviços técnicos da CMMV e a deliberação tomada na reunião do Executivo, entende que a classificação de Interesse Público é justificada, pelo que irá votar favoravelmente a declaração requerida”. -----

----- O PJF da Carapinheira disse: “Quero informar esta AM de que vou votar contra este documento, porque a Quinta Verde adquiriu, ultimamente, um terreno que confina com o cemitério e que a Junta de Freguesia pretendia comprar para alargamento do mesmo. Já tivemos uma reunião informando da pretensão da JFC e, como não houve entendimento, movemos um processo em Tribunal contra a Quinta Verde e essa é a justificação para o meu voto contra”. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Extraordinária de 2009, Maio, 18

-----Não havendo mais intervenções, passou-se, de imediato, à votação que obteve o seguinte resultado: -----

----- Votos contra – 01; -----

----- Abstencões – 0; -----

----- Votos a favor – 34. -----

----- Esta Declaração foi reconhecida por maioria. -----

----- Todos os pontos apresentados, a esta Sessão, foram aprovados por unanimidade e em minuta para efeitos imediatos. -----

----- Não havendo público, bem como mais assuntos a tratar, deu-se por encerrada a Sessão às 20,30 horas e, para constar, lavrou-se a presente acta, que vai ser assinada nos termos da Lei. -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL,

Lídio dos Santos Cristo, Dr.

O PRIMEIRO SECRETÁRIO

Manuel Eduardo Magalhães Portelinha

O SEGUNDO SECRETÁRIO,

Vítor Manuel Monteiro Travassos